

CABO VERDE: PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Aminata Mendes

Bacharel em Humanidades/Unilab
mendes_aminata@yahoo.com

Orientador: **Bas Ílele Malomalo**

Docente do IHL/Unilab
basilele@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A República de Cabo Verde é um arquipélago localizado a 455 km da costa ocidental africana, constituído por dez ilhas e oito ilhéus. O seu território se estende num total de 4033 km² e foi invadida pelo Portugal, desde 1460 até a sua independência, em 1975. Desde a sua separação com a Guiné e com a abertura política multipartidária, Cabo Verde tem sido elogiado pela consolidação de suas instituições democráticas.

Segundo Ramos (2012), os elogios ao funcionamento da democracia em Cabo Verde têm surgido por parte de diversas instituições internacionais que consideram aquele arquipélago um importante exemplo. Para ela, alguns investigadores como Peter Meyns (2002) apontam a sua singularidade entre os demais Estados da África subsaariana, alguns dos quais assolados por conflitos bélicos e étnicos, catástrofes naturais, além de fome e pobreza extrema. Ao alcançar a independência em 1975, o arquipélago teve de contornar a falta de recursos naturais, a sua insularidade e o clima seco, entre outras fraquezas para contrariar os cépticos e levar avante o processo autonómico. Para Ramos, a opção pelo multipartidarismo, em 1991, permitiu a entrada de mais partidos no campo político e a realização de eleições legislativas, presidenciais e autárquicas e a criação de instituições próprias de um sistema democrático.

Apesar de escassos anos envolvidos sobre esses primeiros atos eleitorais, o país tem-se destacado pela sua estabilidade política e pela regularidade do funcionamento das suas instituições públicas, não se registando conflitos institucionais entre órgão de soberania. Cabo Verde passou, depois de 1975, a ser governado em regime de Partido único, segundo um modelo de inspiração marxista. Dadas às dificuldades económicas, o país procurou seguir uma escrupulosa política de não alinhamento por nenhum dos blocos

políticos em que o mundo se dividia. Algumas políticas, pouco adequadas, agravaram, contudo, nos anos oitenta, os problemas do país.

Nuno Miguel Miranda Ferreira (2001) faz observar que a teoria clássica da democracia, definida por Joseph Schumpeter, é como o arranque institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum, fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo.

Desenvolvimento: conceito que aparece com a emergência do capitalismo e as críticas das sociedades feudais, uma vez que foi o sistema de produção capitalista que deu origem à noção de progresso material e de desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2002).

METODOLOGIA DO TRABALHO

A metodologia assenta-se numa abordagem interdisciplinar que valoriza a perspectiva histórica e sociológica. O estudo coleta seus dados, a partir da pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Conforme, Antônio Carlos Gil (2010) e Maria Cecília de Souza Minayo (1994), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida, a partir do material já elaborado constituído, principalmente, de livros e artigos científicos; e as fontes documentais são conjuntos de dados que ainda não receberam um tratamento científico ou analítico. No caso do nosso trabalho foram informações produzidas sobre o assunto do nosso interesse, tendo como objetivo geral: compreender a formação de Estados de direito em África subsaariana e a sua relação com o desenvolvimento. Os objetivos específicos foram: analisar o processo da construção de um Estado democrático, depois da independência de Cabo Verde; entender o fator que contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico e político em Cabo Verde.

RESULTADOS

Abertura política multipartidária permitiu consolidação das instituições em Cabo Verde e tem trazido os ganhos importantes na construção de um Estado democrático, depois da independência.

Apesar de existir algumas disputas em relação à questão da partidarização da sociedade, não temos estudos que comprovam seus efeitos. Ramos (2012) aponta-as,

muitas vezes, como fatores muito presente no quotidiano da sociedade cabo-verdiana, mas não existem estudos empíricos demonstrativos de efeitos perniciosos que tal possa acarretar. A discussão é, por vezes, acesa nos meios de comunicação social e na blogosfera, mas não há consequências práticas para além de alguns insultos. Os dados apurados por diferentes instituições apresentam uma realidade que aponta para a consolidação da jovem democracia cabo-verdiana, embora os seus pontos fracos não sejam escamoteados.

A democracia em Cabo Verde se afigura como fato irreversível. Vlademiro Salvador Furtado (2015) defende que os dados apurados em 2015 demonstram que os cidadãos não estão dispostos a dispensá-la, enquanto forma de organização social e de interação societária. Ainda não foi consolidada cem por cento com a sociedade, de modo que todos os cidadãos possam encará-la como forma natural da vida.

Em Cabo Verde, os sinais de mudança política surgem em finais da década 80, exatamente em 1988, período em que teve o III Congresso do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), assim como a criação de mecanismos que estimulassem o investimento, de modo a ser promovido o desenvolvimento (CRUZ, 2015, p. 73).

Para Cruz (2015), a governação do PAIGC entre 1975-1980, e do PAICV de 1980-1990 não seguiu o modelo democrático: a realização das primeiras eleições multipartidárias, aprovação da constituição política que atribuem direitos, deveres, garantias e liberdades aos cidadãos. O processo que fundou o Estado de direito democrático em Cabo Verde ocorre em 1990, com a abertura política e transição para a democracia. Nesse contexto, ele passou a ser regido como um Estado de direito democrático.

Em Cabo Verde, a política tem sido sempre muito orientada para os consensos e o governo de maioria e as liberdades civis têm sido geralmente respeitadas, desde que alcançou a independência. Em 2010, foi avaliada a firmeza do enquadramento democrático pelas Nações Unidas de índice Polity IV, com a nota 10. E ficou em segundo lugar na Avaliação Política e Institucional do País (CPIA) que abrange todos os países da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) e é o primeiro entre os países da África Subsaariana (ASS).

Outro aspecto que despertou atenção do mundo foi as eleições nacionais, realizadas, ambas em 2011, as quais trouxeram uma situação nova à política de Cabo Verde. Pela primeira vez, o Presidente e o Primeiro-ministro representam partidos

diferentes: o Movimento para a Democracia (MpD) e o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), sem que tal tenha gerado constrangimentos ou dissabores entre ambos.

Conforme os dados da revista EXPRESSO DAS ILHAS e VOA, em 2015, observa-se a queda da pontuação democrática em Cabo Verde, mas continua com a liderança nos países da África subsaariana.

Segundo Jorge Montezinho (2016), Cabo Verde é o país de língua portuguesa em África com melhor colocação no Índice de democracia de 2015 da revista The Economist Intelligence Unit (EIU). Segundo ele, documento procura avaliar o estado da democracia por parte dos países e pontuar vários critérios que considera importantes para o funcionamento de uma sociedade democrática.

Conforme esses dados, Cabo Verde obteve 9,17 pontos nos itens Processo Eleitoral e Pluralismo, 7,86 em Governança, 6,67 em Participação Política, 6,88 em Cultura Política e 9,12 em Liberdades Cívicas.

Em Moçambique, por exemplo, a Participação Política e Cultura Política, foi de 5,6, enquanto em Processo Eleitoral e Pluralismo, de 4,4, Liberdades Cívicas, 3,8, e Funcionamento do Governo, 3,6.

Angola o item Processo Eleitoral e Pluralismo receberam uma nota muito negativa, com 0,9 ponto, enquanto a melhor é na Participação Política, com 5 pontos, Cultura Política conseguiu 4,4 pontos, Liberdades Cívicas e Funcionamento do Governo totalizam 3,2.

Guiné-Bissau conseguiu nenhum ponto no item Funcionamento do Governo, enquanto na Cultura Política chegou a 3,1 pontos, Participação Política, 2,1 nas Liberdades Cívicas e 1,7 no Processo Eleitoral e Pluralismo.

São Tomé e Príncipe não aparece no Índice de Democracia de 2015 da EIU. Entre os países africanos, Cabo Verde é superado apenas pelas Ilhas Maurícias (18), que integra o grupo de elite das 20 democracias perfeitas.

Segundo revista Voa (2016), entre 167 países, Cabo Verde conseguiu a melhor classificação em termo de democracia, à frente de Portugal dentro da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa: Cabo Verde ocupou o 33º lugar; Timor Leste, 41º lugar; Brasil ocupava 51º lugar; Moçambique ocupa a 109ª lugar; Angola aparece no lugar 131 lugar e a Guiné-Bissau fica na 160ª lugar.

No que diz respeito ao desenvolvimento social e econômico, Evora (2001) faz observar que os processos de transição política, ocorridos em Cabo Verde nos finais da

década de 80 e inícios dos anos 90, foram seguidos por processos de transição no plano econômico. Para ela, a onda de democratização durante este período foi seguida de uma enorme vontade por parte dos novos governos em introduzir mecanismos para transformar a economia num setor mais dinâmico e mais eficiente. Os governos eleitos democraticamente fizeram questão de romper radicalmente com o passado, tanto no plano político como no econômico. O objetivo deles era trocar os modelos de desenvolvimento baseados na centralização e em monopólios estatais para modelos baseados no livre mercado e com ênfase no setor privado. Com essas reformas, esses governos pretendiam resolver as situações financeiras dos Estados que se encontravam numa situação de estagnação e falência, aumentar as receitas por eles geradas, e criar condições para a adoção de uma economia mais dinâmica e mais eficiente.

Em Cabo Verde, o processo de privatização começa a tomar corpo a partir de 1991. Foi um programa diretamente financiado e fiscalizado pelo Banco Mundial (ONU, 2010), e dividido em duas fases: na primeira, ficou estabelecido que se fizesse, em alguns setores, a privatização total dos ativos do Estado e, na segunda, o governo faria uma reestruturação dos setores que continuariam a ter uma administração pública. Nesse último setor, o objetivo era introduzir capital humano e tecnológico a fim de permitir uma produtividade maior e mais eficiência nas empresas que continuariam sendo estatais (EVORA, 2001, p. 86-87).

A interpretação de Pereira (2013) é que, dando continuidade ao conjunto de reformas iniciado em 1991, no segundo mandato sucessivo iniciado em 1995, o MpD deu prioridade ao setor público e à estabilização macroeconômica, estabelecendo como metas a eliminação da dívida interna, a liberalização da economia e a conclusão do processo de privatizações estatais. Para a estabilização econômica e financeira foram assinados o Acordo Stand-By com o Fundo Monetário Internacional e o acordo de cooperação cambial com Portugal.

A mesma autora define que, para além disso, no plano social, o Governo adotou medidas de combate ao desemprego e à pobreza e facilitou o acesso à saúde, educação e habitação e tentou melhorar a qualidade destes serviços. Ou seja, sendo um grande defensor das políticas sociais quando se encontrava na oposição, o novo Governo intensificou as medidas de desenvolvimento social, incidindo nos domínios da educação, saúde, habitação, emprego e segurança social, de forma ao seu acesso ser o mais igualitário possível. Acrescido a estas medidas, principalmente no segundo mandato, o Governo reforçou os mecanismos de regulação das atividades econômicas,

nomeadamente o controle do setor privado, com o objetivo de tornar estas atividades mais equilibradas e justas (PEREIRA, 2013, p. 79-80).

Furtado (2015) sinaliza que a imigração é um dos eixos mais importantes da política externa do arquipélago, tendo em consideração a sua participação e contribuição efetiva no desenvolvimento socioeconômico do país, devido à relevância das remessas que envia para Cabo Verde. O contributo da diáspora no desenvolvimento do país não só se baseia apenas no envio das remessas dos conterrâneos emigrados em termos monetários, mas também um contributo vasto para combate a pobreza que se estende ao investimento privado através dos imobiliários, acesso a educação básica, secundária e superior, desenvolvimento humano.

Podemos dizer que a contribuição dos imigrantes cabo-verdianos (as), os países parceiros, por outra palavra, financiamento estrangeiro e a sua boa governança levou a Cabo Verde ao patamar mais alto entre os países da África subsaariana. Conforme Furtado (2015), o funcionamento da diplomacia e de desenvolvimento tem como base a plena articulação com sector privado, no favorecimento da investigação estrangeiro, no acesso ao mercados e no financiamento do desenvolvimento insular. A relação do Estado com outros atores do panorama internacional contribui para o progresso econômico e social do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que Cabo Verde apesar de ter passado, de um lado, por diferentes fases na sua vida política e as dificuldades ligadas aos seus antecedentes históricos, nos séculos XV-XIX, tráfico, escravidão portuguesa e a sua luta pela descolonização e independência também como crise social, devido à seca que causou migrações; por outro lado, percebemos os esforços de suas lideranças políticas, a partir dos anos de 1990 para a construção da democracia que levou o país à estabilidade política democrática. Esta, por sua vez, tem contribuído para o seu desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÉVORA, Roselma. **A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde**: Universidade de Brasília departamento de ciência política mestrado em ciência política. Brasília, DF 2001. Disponível em:

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/292/1/2001%20Roselma%20Evora.pdf>. Acessado em 08 set. 2016.

FERREIRA, Miranda Miguel Nuno. **O conceito de democracia segundo Joseph Schumpeter**: Uni. Centro de estudos jurídicos, políticos e sociais CEJPS. Disponível em:

<http://empreende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participa%C3%A7%C3%A3o/O%20conceito%20de%20democracia%20segundo%20Joseph%20Schumpeter.pdf>. Acessado em 08 set.2016.

FURTADO, Salvador Vlademiro. Cultura política e consolidação democrática em Cabo Verde: uma balança de 24 anos de instauração da democracia: Universidade Federal Grande do Sul (UFRGS) Porto Alegre, set, 2015. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/FURTADO-Wlademiro.pdf>. Acessado em. 15 Set. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HERNANDES, Leila Leite Hernandez. **A África na sala de aula: Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

_____. **Os filhos do sol: A formação do estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Summus, 2002.

CRUZ, Lavinio Antônio Conceição da. A política externa no desenvolvimento de Cabo Verde: Ciências política. Centro de Investigação Sol Nascente (CISN). Disponível em:

http://www.ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/n9_lavinio_cruz.pdf. Acessado em:15 Set. 2016.

MONTEZINHO, Jorge. Índice de Democracia 2015: Cabo Verde no 32º lugar: Expresso das ilhas. jan.2016. Disponível em:

<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/47364-indice-de-democracia-2015-cabo-verde-no-32%C2%BA-lugar>. Acessado em 20 set. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NAÇÕES UNIDAS, 2010. **Instituto nacional de estatística**. Disponível em: www.ine.cv Acessado em 20 set. 2016.

PEREIRA, Cardoso Ludemila. **Cabo Verde: Da descolonização à abertura democrática**: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2013. Disponível em:

<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5837/Tese%20Ludmila.pdf?sequence=1>. Acessado em 05 Set.2016.

SAMUEL, Varela Spínola. **Desenvolvimento do turismo em Cabo Verde a partir da abertura política (1990) à atualidade**. Évora: Universidade de Évora, 2009, p. 1-145

(Dissertação). Disponível em: <http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/229>.
Acessado em: 09 agos. 2016.

RAMOS, Maria da Luz. Os cabo-verdianos e a democracia: uma análise das perspectivas e atitudes dos cidadãos. In: Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013, p. 1-14; Atas Do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência Lisboa, 21-23 de Junho de 2012. Disponível em: <https://coloquiocv.gb.files.wordpress.com/2013/06/p03c04-maria-da-luz-ramos.pdf>.
Acessado em 20 set. 2016.

VOA. Cabo Verde é o país de língua portuguesa mais democrático, diz EIU.
Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/cabo-verde-e-o-pai-de-lingua-portuguesa/3159811.html>. Acessado em 20, Set. 2016.